

Relatório de Formação Profissional 2021

ÍNDICE

I.	Enquadramento Legal	3
I.1.	Objetivos da Formação Profissional	3
I.2.	Plano de formação profissional	3
I.3.	Relatório de formação profissional	4
II.	Orçamento para formação profissional em 2021	4
III.	Plano de formação para 2021	5
IV.	Formação profissional realizada em 2021.....	5
IV.1.	Formação inicial	5
IV.2.	Formação continua	5
IV.3.	Resumo geral da formação realizada	7
V.	Execução do orçamento para formação em 2021	10
VI.	Autoformação	10
VII.	Conclusões	10

INDÍCE DE TABELAS

Tabela 1 - Dotação do orçamento para 2021 destinada à formação.....	4
Tabela 2 - Formação continua realizada	6
Tabela 3 – Número de participações em ações de formação profissional, segundo o tipo de ação e a duração.....	7
Tabela 4 – Número de participações em ações de formação profissional e de horas de formação, por grupo profissional	8
Tabela 5 - Nº de trabalhadores, por cargo/carreira, que frequentaram ações de formação	8
Tabela 6 – Nº de participações e horas de formação por área de formação.....	9
Tabela 7 – Execução orçamental em 2021 relativa à formação profissional	10
Tabela 8 - Ações de formação realizadas em regime de autoformação	10

INDÍCE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Percentagem das horas de formação por grupo profissional.....	8
Gráfico 2 – Percentagem das participações em formação por grupo profissional	8
Gráfico 3 – Percentagem das participações em ações de formação por área de formação	9

I. Enquadramento Legal

A formação profissional é um importante instrumento estratégico de modernização e transformação da Administração Pública que se encontra regulamentado pelo Decreto-Lei nº 86-A/2016, de 29 de dezembro.

I.1. Objetivos da Formação Profissional

De acordo com o disposto no artigo 4º do Decreto-Lei nº 86-A/2016 a formação profissional tem por objetivos:

- a) Capacitar os órgãos e serviços da Administração Pública, através da qualificação dos seus trabalhadores e dirigentes, para responder às exigências decorrentes das suas respetivas missões, atribuições e competências.
- b) Desenvolver competências de inovação e gestão da mudança, mediante a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades reflexivas e críticas, propiciadoras de comportamentos e atitudes ajustados aos necessários processos de modernização administrativa.
- c) Contribuir para a eficiência, a eficácia e a qualidade dos serviços a prestar aos cidadãos e às empresas;
- d) Promover a capacitação humana para a governação digital.
- e) Assegurar a qualificação profissional dos trabalhadores e dirigentes e melhorar o seu desempenho, segundo referenciais de competências.
- f) Contribuir para o reforço da qualificação profissional, garantindo, sempre que necessário, a dupla certificação.
- g) Dinamizar uma cultura de gestão do conhecimento organizacional, que incentive e valorize a produção, a difusão e a utilização do conhecimento.

I.2. Plano de formação profissional

Nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 86-A/2016 o plano de formação profissional é elaborado de acordo com o diagnóstico de necessidades efetuado e deve, preferencialmente, atender:

- Às políticas de desenvolvimento de recursos humanos e de inovação e modernização administrativas, garantindo uma abordagem prospetiva da atividade formativa;
- Às necessidades prioritárias dos trabalhadores face às exigências dos postos de trabalho que ocupam, aferidas de entre as áreas estratégicas definidas;
- À identificação de necessidades de formação decorrente do processo de avaliação do desempenho.

I.3. Relatório de formação profissional

Dispõe o artigo 13.º do referido diploma que os órgãos e serviços da Administração Pública devem reportar em plataforma digital a informação relativa à formação profissional desenvolvida e que a elaboração desse mesmo relatório de gestão da formação obedece aos indicadores disponibilizados pela entidade coordenadora da formação profissional.

O relatório deverá ser publicitado no sítio institucional na Internet do órgão ou serviço e remetido, preferencialmente por via eletrónica, à comissão de trabalhadores ou, na sua falta, à comissão sindical ou intersindical ou aos delegados sindicais, devendo também integrar o relatório de atividades, inserido no ciclo de gestão dos órgãos e serviços da Administração Pública.

II. Orçamento para formação profissional em 2021

O orçamento inicial da DGAL para 2021, após cativações, nas rubricas relativas à formação profissional era de 8.192 euros e a dotação final de 13.742 euros, cuja distribuição por classificação económica é a seguinte:

Tabela 1 - Dotação do orçamento para 2021 destinada à formação

(em euros)

Fonte de Financiamento	Classificação Económica	Dotação inicial corrigida cativos 2021	Dotação final após cativos
122	D.02.02.15.A0.00 Formação (TIC)	1 638,00	638,00
122	D.02.02.15.B0.00 Outras	6 554,00	13 104,00
Total		8 192,00	13 742,00

III. Plano de formação para 2021

Foi efetuado o diagnóstico das necessidades de formação, mediante consulta aos trabalhadores e dirigentes das diferentes Unidades Orgânicas, com vista à elaboração do plano de formação para 2021.

Em resultado da situação epidemiológica verificada em Portugal, a declaração de estado de emergência, com a suspensão da formação presencial, imposição de confinamento e exercício de funções em regime de teletrabalho, aplicável à quase totalidade dos trabalhadores da DGAL, com pressão sobre os serviços e outras atividades prioritárias, não se mostrou adequado o planeamento da formação nos termos em que se pretendia para a realização da formação.

IV. Formação profissional realizada em 2021

IV.1. Formação inicial

No âmbito de procedimento de recrutamento centralizado a Direção-Geral recrutou cinco técnicos superiores, para os quais, nos termos do artigo 39.º-A da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, foi obrigatória a frequência do programa de capacitação avançada (CAT), constituindo a formação inicial prevista no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 86-A/2016, de 29 de dezembro, que integra o período experimental nos termos previstos nesta lei.

A formação, com uma duração de 203 horas, foi frequentada por 5 técnicos superiores, num total de 1.015 horas e um custo total de 10.150 euros.

IV.2. Formação continua

Apesar dos constrangimentos anteriormente enunciados para o (não) planeamento de formação, foi possibilitada a frequência de ações formativas disponibilizadas on-line realizadas pelas entidades formadoras conforme tabela resumo seguinte.

Tabela 2 - Formação continua realizada

(ordenado por nº de participações e volume de horas de formação)

Ação de formação	Nº de participações	Volume total de horas de formação
Internas	25	50:00
Webinar “Inteligência emocional”	9	18:00
Webinar: “ O flagelo do séc. XXI: do workaholism ao burnout”	9	18:00
Webinar - Gestão de pessoas em situação de crise – Boas práticas para a promoção da inclusão e bem-estar de trabalhadoras/es	7	14:00
Externas	117	586:30
Webinar - Responsabilidade Social e Ética	28	42:00
acinGov - plataforma eletrónica de compras públicas - utilizadores com perfil de juri	23	46:00
Webinar - Transferência de competências - Estacionamento público (DL n.º 107/2018, de 29/11)	8	24:00
A revisão do Código dos Contratos Públicos de 2021	6	51:00
DATA SCIENTIST - Transformar dados em conhecimento	5	70:00
Procedimento Administrativo na Gestão Urbanística - Legitimidade, Instrução, Tramitação e Resolução ON-Line	4	20:00
acinGov - plataforma eletrónica de compras públicas - utilizadores com perfil de administrador	4	8:00
Aquisição de serviços na lei de orçamento de estado para o ano de 2021 - Aplicabilidade prática	3	18:00
Sessão técnica sobre Opções de Custos Simplificados (OCS)	3	10:30
Webinar - Autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo	3	9:00
Webinar - Descentralização – Credenciação de Técnicos Municipais – Segurança contra Incêndios em Edifícios	3	9:00
Webinar - Descentralização – Transferência de Competências no domínio das praias e cobrança de taxas de recursos hídricos (DL n.º 97/2018, de 27/11)	3	9:00
1.ª Conferência Nacional de Compras Públicas de Inovação.	2	14:00
Descentralização de Competências	2	7:00
Excel Avançado	1	25:00
Gestão de Conteúdos Digitais	1	25:00
Introdução à utilização e proteção de dados pessoais	1	25:00
Gestão da Informação Arquivística na Administração Pública	1	21:00
SIADAP	1	21:00
Auditoria Interna, Controlo Interno e Prestação de Contas	1	20:00
CPA Atualização: a importância das alterações da Lei n.º 72/2020, de 16-11. O regime excecional e transitório de simplificação de procedimentos administrativos	1	20:00
Gestão de Recursos Humanos na Administração Pública	1	14:00
Inovação e Grandes Dados	1	14:00
SIADAP: da estratégia à tática - definir objetivos SMART	1	14:00
XVIII Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria	1	14:00
III Jornadas de Direito dos Contratos Públicos	1	10:00
Governance and Compliance	1	9:00
Fórum das Políticas Públicas 2021 - Os fundos europeus e as políticas públicas em Portugal	1	7:00
Webinar - Princípio da Igualdade: Igualdade e (des)igualdade(s)	1	2:00
Webinar_LabX_Programa_Transformar	1	2:00

Ação de formação	Nº de participações	Volume total de horas de formação
Envolvimento e participação na Administração Pública: AP Participa	1	1:30
Webinar - Igualdade, Coesão e Solidariedade durante a Pandemia	1	1:30
Webinar - Redes de Apoio ao Município	1	1:30
Webinar - Solidão em Tempos de Pandemia	1	1:30
Total	142	636:30

A formação continua, quer interna quer externa, contou com 142 participações em 37 ações de formação por 52 trabalhadores, isto é, frequentaram formação continua 82,5% dos trabalhadores.

O volume de formação foi de 636,5 horas, com despesa suportada pela DGAL no valor de 2.006,20€, correspondendo este valor à frequência de 7 ações de formação por 38 participantes.

IV.3. Resumo geral da formação realizada

Foram participadas 38 ações de formação, não incluindo as ações proporcionadas no regime de autoformação, num total de 147 participações.

O volume de formação foi de 1.651,5 horas, com despesa suportada pela DGAL no valor de 12.156.20€, dos quais 61,5% e 83,5%, respetivamente, correspondem à formação CAT.

Por outro lado, 125 participações (88% do total) em 30 ações de formação foram gratuitas.

A frequência em função da duração das ações de formação é a que consta da tabela seguinte:

Tabela 3 – Número de participações em ações de formação profissional, segundo o tipo de ação e a duração

Tipo de ação/duração	Menos de 30 horas	De 30 a 59 horas	de 60 a 119 horas	120 horas ou mais	Total
Internas	25	0	0	0	25
Externas	117	0	0	5	122
Total	142	0	0	5	147

Quanto à duração das ações de formação frequentada, 96,6% das ações de formação tiveram duração inferior a 30 horas, sendo que acima das 120 horas apenas se encontra a formação inicial do programa de capacitação avançada.

As 147 ações de formação participadas foram frequentadas por 52 trabalhadores, ou seja, 82,5% dos trabalhadores ao serviço a 31/12/2021.

A participação em ações de formação externa representou 83% do total das participações e 97% do número de horas total de formação, que se representa na tabela seguinte:

Tabela 4 – Número de participações em ações de formação profissional e de horas de formação, por grupo profissional

Tipo de ação/ Grupo Profissional		Dirigente Superior	Dirigente intermédio	Técnico Superior	Informático	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Total
Internas	N.º de ações	0	1	17	2	5	0	25
	N.º. de horas	0:00	:00	34:00	4:00	10:00	0:00	50:00
Externas	N.º de ações	5	30	71	5	11	0	122
	N.º. de Horas	16:00	137:00	1377:30	28:30	42:30	0:00	1601:30
Total	N.º de ações	5	31	88	7	16	0	147
	N.º. de horas	16:00	139:00	1411:30	32:30	52:30	0:00	1651:30

No que concerne ao volume de horas de formação realizada verifica-se, pela tabela e gráficos seguintes, que 85,5% respeitam a ações foram frequentadas por técnicos superiores, percentagem que decresce para 59,9% quando considerada a distribuição do número de participações, situação que resulta do volume da formação de capacitação dos técnicos recrutados no procedimento centralizado.

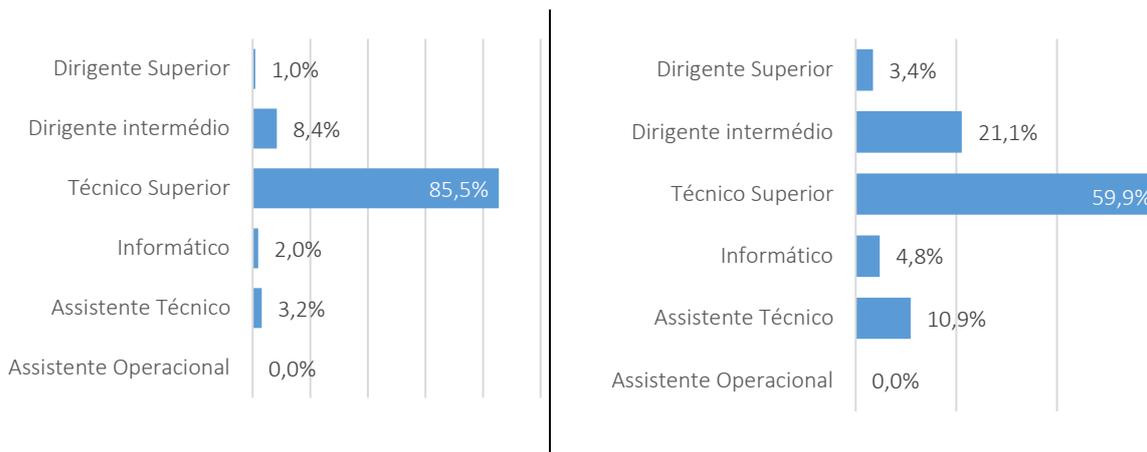
De resto, os técnicos superiores representam 52% do número total de trabalhadores da DGAL.

Tabela 5 - Nº de trabalhadores, por cargo/carreira, que frequentaram ações de formação

cargo/carreira	TOTAL	
	Nº de participações	Nº de participantes
Dirigente superior	5	3
Dirigente intermédio	31	9
Técnico Superior	88	31
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	16	7
Assistente operacional, operário, auxiliar	0	
Informático	7	2
Total	147	52

Gráfico 1 – Percentagem das horas de formação por grupo profissional

Gráfico 2 – Percentagem das participações em formação por grupo profissional



A formação frequentada por áreas de formação consta da tabela seguinte:

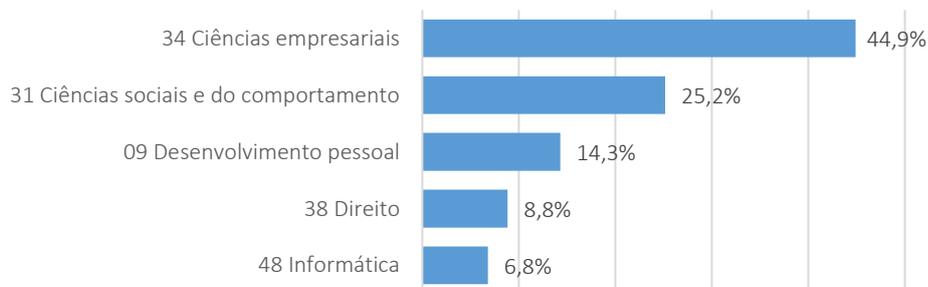
Tabela 6 – N.º de participações e horas de formação por área de formação

(ordenado por volume de formação)

Áreas de Formação	N.º Participações	N.º horas de Formação
Ciências empresariais	66	1259:30
Informática	10	168:00
Direito	13	104:30
Outra	21	60:00
Ciências sociais e do comportamento	37	59:30
Total	147	1651:30

A área de formação, de acordo a Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação, em que se registou um maior número de participações e de horas de formação foi a das Ciências Empresariais, onde foi incluído o CAT, encontrando-se a sua distribuição das participações no gráfico seguinte:

Gráfico 3 – Percentagem das participações em ações de formação por área de formação



V. Execução do orçamento para formação em 2021

A formação realizada teve num custo total de 12.156,20 euros, correspondendo a uma execução de 88,5% da dotação final, sendo de salientar o reforço substancial do orçamento para formação na sequência da formação inicial obrigatória a disponibilizar aos técnicos recrutados no procedimento centralizado.

Tabela 7 – Execução orçamental em 2021 relativa à formação profissional

(un: em euros)

Fonte de Financiamento	Classificação Económica	Dotação orçamental		Despesa com formação 2021	Execução do orçamento 2021 (%)
		Dotação inicial após cativos 2021	Dotação final 2021		
122	D.02.02.15.A0.00 Formação (TIC)	1.638,00	638,00	565,80	88,7%
122	D.02.02.15.B0.00 Outras	6.554,00	13.104,00	11.590,40	88,4%
Total		8.192,00	13.742,00	12.156,20	88,5%

VI. Autoformação

Porque se procura o enquadramento das ações de formação solicitadas pelos trabalhadores nas competências a melhorar/desenvolver no exercício das suas funções na organização, apenas foi solicitada expressamente, ao abrigo do regime de autoformação, a frequência de 2 ações de formação, abrangendo 2 trabalhadores, cujo conteúdo é o exposto na tabela seguinte:

Tabela 8 - Ações de formação realizadas em regime de autoformação

(ordenado por nº de participações e volume de horas de formação)

Designação	Nº de participações	Volume total de horas
Inteligência Emocional	1	34:00
Sessão de esclarecimento sobre descentralização para os municípios	1	7:00
Total	2	31:00

VII. Conclusões

Tendo presente a situação de contingência, ainda verificada no ano de 2021, o presente relatório, tem, quando aplicável, por base o diagnóstico das necessidades formativas efetuado junto dos trabalhadores e dirigentes.

A formação consubstanciou-se em 147 participações em 38 ações de formação por 52 trabalhadores e um volume de formação de 1.651,30 horas, com um custo suportado de 12.156,2 euros, sendo que 88% das participações não tiveram custo associado.

É de destacar que tendo sido recrutados cinco técnicos superiores no âmbito do recrutamento centralizado com formação obrigatória ao abrigo do Programa de Capacitação Avançada (CAT), 61,5% do volume de formação e 83,5% do orçamento afeto à formação correspondem a esta participação.

A formação proporcionada abrangeu 82,5% dos trabalhadores ao serviço a 31/12/2021.

A taxa de execução do orçamento para a formação foi de 88,5% da dotação final.

De referir ainda que ao abrigo do regime de autoformação foi solicitada e autorizada a participação em 2 ações de formação, o que representou um volume de formação de 31 horas.